

FORTIFICAÇÕES DA BARRA E DO PORTO DO RECIFE – SÉCULO XVII

Bruno Romero Ferreira Miranda

Graduando em História da UFPE

No decorrer do século XVI, na medida em que expandiam seus domínios sobre a costa brasileira, os portugueses perceberam que era inevitável a construção de um sistema de defesa mais eficiente que impedisse os ataques feitos por piratas, nações hostis e nativos. *“As feitorias figuraram como os primeiros recintos fortificados e parecem voltadas para dois tipos de defesa, de ataques desde o mar e de assédio, dos indígenas hostis, da terra”*¹. Controlado o perigo dos da terra, passa-se a concentrar o esforço na proteção contra os riscos externos. Essas ameaças marítimas são os principais motores de toda a organização defensiva, ou seja, as guerras de corso travadas entre espanhóis, portugueses, franceses, ingleses e holandeses fomentam a necessidade de fortificar os domínios e centros produtores coloniais. *“Todos estes ataques ou mesmo ameaças, faziam com que a vida na colônia (...) estivesse diretamente relacionada à capacidade de defesa de suas unidades. Defesa que incluía homens, armas, estruturas de defesa e suporte alimentar”*².

Com a dinamização do processo de ocupação e com a introdução da cultura da cana-de-açúcar, voltada para o mercado externo europeu, no Brasil, ampliam-se os interesses nas áreas de cultivo³. São nas áreas de escoação (caminhos fluviais e terrestres) desta produção que são concentradas as estruturas de defesa de modo a garantir a operacionalidade e o embarque do açúcar para o refino e distribuição na Europa.

Com o regimento das Capitanias Hereditárias organizam-se as bases administrativas da defesa, mas com o Governo Geral, assume-se a competência militar, de acordo com as determinações legais de 1548. O governador geral é caracterizado, também, como um funcionário militar, podendo atuar como autoridade máxima na proteção da colônia e no resguardo contra os perigos internos e externos. O Alcaide-Mor era o encarregado da defesa no âmbito local. O Regimento Geral das Ordenanças de 1570 continha a 1ª Lei que organizava a proteção da colônia e o Regimento de Francisco Giraldes de 1588 renovaria as recomendações de caráter bélico, entre elas a fiscalização do estado das fortalezas e das armas. A constante preocupação com o resguardo da colônia perpetuou-se nos regimentos espanhóis posteriores, como os de 1612 e o de 1621. Em 1640 foi criado o Conselho de Guerra, primeiro órgão de administração militar, *“destinado a definir as estratégias militares, ao mesmo tempo em que procurava reorganizar o ensino da engenharia militar. Desde logo houve a necessidade de (...) guarnecer o litoral através de baterias, essencialmente de caráter defensivo”*⁴. No Brasil, a fortificação-bateria⁵ aparece como uma constante nos sistemas de defesa portugueses e após a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, em 1654, o sistema defensivo do Recife é desmantelado, permanecendo apenas aquelas fortificações ligadas diretamente à defesa da costa. As defesas contra possíveis ataques nas áreas mais recuadas do litoral brasileiro desvinculam-se das fortificações e são designadas para forças terrestres móveis e volantes, como a *“milícia auxiliar que Brito Freire havia criado (...), que se tratava de uma força móvel, (...) a qual, na concepção do ex-governador, devia ser capaz, ‘na ocasião de inimigos’, de servir como uma ‘fortaleza portátil’, observando-lhes os movimentos e impedindo-lhes as operações, de vez não ser factível, devido à sua extensão, fortificar todo o litoral nem ‘introduzir no Brasil um muro da China’...”*⁶. Apesar destes cuidados, nos séculos XVI e XVII, não foram evitados os ataques de franceses, holandeses e ingleses em variados pontos da costa brasileira.

Quanto aos Engenheiros-militares, estes surgiram pela necessidade de orientação de um sistema administrativo militar (o Conselho de Guerra). Era de sua competência supervisionar as obras de fortificação e de urbanismo, ficando a seu cargo todas as obras públicas nos locais onde eram nomeados. *“Este cargo no topo da hierarquia militar, estava diretamente relacionado com o Rei, que nomeava os engenheiros para diversos cargos e que lhe escreviam extensos relatórios retratando o estado de suas obras”*⁷. As formações destes técnicos eram feitas em escolas especializadas nos métodos de fortificação. Com a reorganização e instituição das Aulas de Fortificação e Arquitetura Militar, no ano

de 1647, multiplicaram-se as escolas, denominadas aulas ou academias, que foram sucessivamente criadas na Bahia, Rio de Janeiro, São Luís, Recife, Belém do Pará e em outras colônias portuguesas. Estes engenheiros-militares foram os protagonistas da consolidação do império colonial português, sendo sua organização castrense o único modo de estabelecer de maneira ordenada e eficiente o domínio de extenso território.

O princípio fundamental da fortificação é o da capacidade de uma pequena força defender sua posição contra um grande conjunto de tropas ou até mesmo de embarcações. Uma fortificação bem posicionada, ou um conjunto delas agindo de maneira complementar, é capaz de impor uma barreira estratégica no caminho de um agressor poderoso. A localização de uma fortificação agrupada a obstáculos naturais maximiza suas forças. Nos rios ou estreitos, uma fortificação pode negar o tráfego do inimigo, garantindo o acesso para o interior.

Os sistemas de defesa são organizados de acordo com a geografia, recursos e potencial do inimigo. “A necessidade de fortificação só existe se houver uma ameaça de ataque. Depois dessa necessidade, ainda se encontra ligada ao binômio força e tecnologia do ataque, por um lado e capacidade de resposta, por outro”⁸. A tecnologia de ataque nos remete aos estilos de fortificação, que possuem duas variáveis no Recife, ou mesmo tipos, de arquitetura militar: o medieval (ou a transição desta para a arquitetura militar renascentista), com predomínio da verticalidade de suas estruturas (muralhas altas) e o moderno, com o rebaixamento e alargamento de suas muralhas. O uso da pólvora, na artilharia dos séculos XV a XVIII, alterou as técnicas de combate e conseqüentemente determinou a mudança na arte de fortificar. As muralhas de defesa adotariam o perfil moderno, para que pudessem resistir de maneira eficaz aos projéteis das armas de fogo. As frágeis muralhas de pedra foram substituídas por grossos muros de terra, pouco elevadas, onde as balas afundavam sem alcançar seu objetivo, e a artilharia defensiva era colocada sobre plataformas mais altas e protegidas. Complementando estas mudanças estruturais nas fortificações, adota-se no século XVI-XVII, como fruto do experimentalismo da Escola Italiana de Fortificação, o baluarte⁹. É a estrutura abaluartada que permite o flanqueamento das posições e o cruzamento dos fogos, gerando ângulos de morte que impediriam a aproximação do inimigo diante da fortificação. Quanto ao traçado dessas fortificações, seguiam os princípios dos tratados de arquitetura e engenharia militar do século XVI e XVII.

O Recife, assentado numa estreita faixa de terra fixada ao continente (que formava um istmo) e entre uma extensa linha de arrecifes e os rios Capibaribe e Beberibe, oferecia as melhores condições para o estabelecimento de um porto: águas tranquilas para o reparo de embarcações, bom fundeadoiro e a ligação fluvial, dos rios Capibaribe e Beberibe, com as várzeas dos engenhos produtores da cana-de-açúcar. Tais qualidades não passaram despercebidas dos portugueses instalados em Olinda, que logo utilizaram este sítio como fundeadoiro. Tornou-se o principal porto da Capitania de Pernambuco e nele transitavam as mercadorias que atendiam a vila de Olinda, sede da capitania. Estes bens, tais como: madeiras, produtos tropicais e o tão precioso açúcar, eram despachados para a Europa a partir dos armazéns portuário, que por sua vez, atraíam a atenção de saqueadores e piratas, como o inglês Sir James Lancaster, que na última década do século XVI, atacara e ocupara o povoado do Recife por um mês, despojando os passos cheios de mercadorias.

Ações de curso como a que Lancaster realizou, concretizaram as preocupações com a defesa da capitania e em caso específico, com o porto do Recife. A tempo da invasão de Lancaster, o porto do Recife contava com um pequeno forte ou simples bateria, que montava sete peças de bronze e estava posicionado defronte à entrada da barra. É no sítio desta bateria que é construído o **Forte São Jorge**, ou Castelo de Terra, em 1590. Tinha por função a proteção da entrada da barra, assim como resguardar o istmo de terra, no caminho de permeio entre Olinda e seu porto. Para complementar a defesa da barra com o Forte São Jorge, foi iniciada a construção em 1606 do **Forte de São Francisco**, que assentado nos arrecifes ficou também conhecido por Forte do Mar, Forte da Lage ou Forte do Picão. Este forte, concluído por volta de 1612, apresentava um formato irregular de um octógono e fora projetado por Tibúrcio Espanoqui, porém, teve

sua construção executada pelo engenheiro Francisco de Frias Mesquita. Estas foram as duas fortificações mais antigas do Recife e estavam ambas influenciadas pela arquitetura de defesa do século XVI, fase de transição entre a arquitetura militar medieval e a fase moderna. Suas respectivas construções representavam a inquietação proveniente da insegurança das colônias portuguesas, acentuadas com a União Ibérica de 1580 e os atritos com os holandeses. “(...) Quando os holandeses passaram à ofensiva na sua guerra dos Oitenta Anos pela independência contra a Espanha, no fim do século XVI, foi contra as possessões coloniais portuguesas mais do que contra as espanholas que seus ataques mais pesados e mais persistentes se dirigiram. (...)”¹⁰. Eram as “guerras do açúcar”, nas palavras de Evaldo Cabral de Mello, das quais os holandeses tramavam desde a perda do controle sobre a distribuição e refino do açúcar na Europa. Em 1623, o administrador da Capitania de Pernambuco Matias de Albuquerque pede o envio de armas, e no ano seguinte menciona a carência de mantimentos bélicos¹¹. A urgência na melhoria da defesa da capitania e do porto atinge o ápice com a invasão holandesa a Bahia em 1624. Matias de Albuquerque, então Governador e General da Capitania de Pernambuco, em 1629, toma conhecimento em Portugal de uma grande invasão montada pelos holandeses contra esta capitania. Com escassos recursos, Matias de Albuquerque pouco pode fazer para atender à defesa. No ano seguinte, no istmo que ligava o Recife a Olinda foi iniciada a construção do Forte Diogo Paes, próximo ao Forte São Jorge e quase defronte ao Forte do Mar, com o intuito de fortalecer a proteção da barra e do porto. No ano de 1630, o Forte Diogo Paes ainda não estava edificado quando uma poderosa armada da Companhia das Índias Ocidentais (WIC – West-Indische Compagnie), sob o comando do General do Mar Hendrik Cornelissen Lonck, surtiu sobre a costa pernambucana. Não tomaram o povoado do Recife pelo mar, onde encontraram a oposição das duas fortificações mencionadas. Optaram por um desembarque na barra do rio de Pau Amarelo, situado mais ao norte, e daí seguiram rumo a Olinda, sede da Capitania, que capitulou frente ao poderio das tropas neerlandesas. Descendo pelo istmo de terra, tomaram o forte em construção e o utilizaram para atacar o Forte São Jorge e o Forte do Mar, que não resistiram à pressão inimiga. O Forte do Mar era destinado a fazer ataques contra navios (função bateria), quanto ao Forte São Jorge, com seu formato verticalizado e sem apoio de outra fortificação em terra, cedeu ao canhoneio das tropas e embarcações da WIC. Fora estas fortificações que compunham a defesa da barra e do porto, o Recife contava com uma paliçada de madeira que envolvia o povoado e uma base para artilharia na entrada do “povo”. Estas proteções estão representadas na estampa “*T’Recif de Pernambuco*” que ilustra o livro de Johann de Laet, História da Companhia das Índias Ocidentais por volta de 1630-31. Para a defesa também foram assentadas baterias no istmo e no arrecife (barreta dos Afogados), além de navios dispostos contra a formação neerlandesa.

Iniciava um período do qual o Recife possuiria um interessante sistema defensivo, montado a partir das diretrizes da chamada Escola Holandesa de Fortificação. Essa, oriunda da Escola Italiana de Fortificação, caracterizava-se, no século XVII, pela defesa com a utilização de água em fossos¹² circundantes das áreas resguardadas e por locais planos facilmente inundáveis. Empregavam também na construção de suas fortificações a terra batida e a taipa. Tais edificações tinham um baixo custo, além de poderem ser levantadas rapidamente. A qualidade especial do emprego da taipa e da terra, nestas fortificações, era a absorção do impacto dos projéteis artilhados. Em contrapartida, sua manutenção era onerosa, pelo clima e pela localização junto à água, que literalmente fazia com que a fortificação escorresse pela taipa. No Recife, estes custos explicam o desmantelamento do sistema defensivo introduzido pelos holandeses, que era formado eminentemente por fortes de terra, durante a restauração luso-brasileira, voltando a função de bateria para o resguardo da costa e com a utilização de forças terrestres móveis no interior.

As primeiras observações a respeito da fortificação do Recife, sob domínio holandês, foram feitas pelo engenheiro da WIC Tobias Commersteijn. Na carta que o Conselho Político de Pernambuco endereçou ao órgão de direção da WIC, o Conselho dos XIX, consta que “a cidade, segundo o relatório do engenheiro [a respeito de Olinda], é muito irregular e não tem condições de ser fortificada para enfrentar um exército real (...), mas o Recife, onde estão

*localizados os armazéns, é considerado capaz de ser transformado num lugar inexpugnável”*¹³. Com a volta de Commersteijn para a Holanda, outro engenheiro vai ser contratado para proceder aos trabalhos de fortificação do Recife. Seu nome era Pieter van Bueren, que junto a Andreas Drewisch, outro engenheiro da WIC, vão executar os planos de Commersteijn e também elaborar a montagem do **Primeiro Sistema Defensivo Holandês**, que estava pronto em 1637. Cercados e limitados ao istmo de terra e a Ilha de Antônio Vaz até 1635, ano da queda do Arraial Velho do Bom Jesus (forte de terra construído pelos luso-brasileiros na resistência à invasão da WIC), os holandeses trataram de garantir a posse da terra às custas de estruturas defensivas. Reforçaram a segurança do porto e do istmo reaproveitando as obras do Forte Digo Paes e construindo, ainda em 1630, o **Forte do Brum** (Schans de Bruyne), projetado por Commersteijn, e descrito no Relatório sobre a Conquista do Brasil como *“um belo forte quadrangular situado entre o rio Beberibe e o mar, no caminho que vai para Olinda, com dois baluartes completos e dois meios-baluartes. Os meios-baluartes estão localizados do lado do mar e as extremidades deles estão ligadas uma à outra por uma linha de paliçadas”*¹⁴. Construção de terra, o Forte do Brum ainda contava com um hornaveque, obra de fortificação avançada e complementar, no caminho para a vila de Olinda. Seguindo o istmo, em direção ao norte, foi erguido em junho de 1631 o **Forte do Buraco** ou Senhora de Bruyn (Schans Juffrouw de Bruyne), de forma a garantir a passagem na lingüeta de terra e cruzando os tiros de seus canhões com o Forte do Brum na defesa da barra. No Relatório já citado, consta que a Senhora de Bruyn: *“é um reduto quadrangular de terra, acima do forte do Brum, na direção de Olinda, situado entre o rio Beberibe e o mar. Tem muralha razoável e sobre o parapeito caixões de terra; no ângulo da direção do rio e do mar tem duas cortinas de madeira [hout wambaisen] que podem comandar as quatro direções”*¹⁵. O Forte do Mar, chamado de Castelo do Mar pelos holandeses, constituiu parte do sistema defensivo ligado à proteção da barra, quanto ao Forte São Jorge, seria abandonado e utilizado como hospital de campanha pelas tropas da WIC.

Além das duas novas fortificações levantadas pelos holandeses, o povoado do Recife contava com uma paliçada de madeira, provavelmente, construída por Matias de Albuquerque na preparação para o confronto. Há na Planta do Recife de Andréas Drewisch de 1631 a representação desta paliçada, assim como o estabelecimento do Primeiro Sistema Defensivo Holandês montado em Recife. Pieter van Bueren relata a existência desta paliçada em 1630, na Planta de número 2164 do Algemeen Rijksarchief de Haia¹⁶. O fato é que, com a instalação em definitivo no povoado portuário, Recife “incha” e cresce além da paliçada. Sendo desfeita esta paliçada, outra de maior dimensão é projetada. Ao norte do Recife, a Porta de Terra (Landpoort) limita a entrada do povoado, como se observa na Planta do Recife de 1637, incluída na Obra de Gaspar Barléus. Entre dois baluartes, a Porta de Terra tinha uma cortina que prosseguia do lado do mar até as primeiras edificações do Recife. O baluarte leste era feito de pedra e o posicionado a oeste era uma construção de terra. Montavam, em conjunto, 14 peças de artilharia de variados calibres. *“Promoveu-se ainda a colocação de paliçadas em torno do Recife, em 1638, tendo-se encarregado do serviço René de Monchy, pelo preço de 1.200 florins. Mas esta estacada de madeira não podia durar muito. Nassau propôs a construção de uma muralha, mas como era despesa de vulto não se levou a efeito. Posteriormente, durante a insurreição pernambucana (...) foram levantadas paliçadas”*¹⁷. Na Planta do Recife de C. Golijath de 1648, a segunda estacada cobre todo o povoado do Recife. A entrada no “povo” há este tempo, era efetivada a partir de três portas existentes nesta paliçada, *“... as quais são várias vezes referidas nos documentos holandeses e, especialmente, nas Dagelijksche Notulen. São elas a “Landpoort” [a Porta de Terra, já mencionada], a “Pontpoort” [Porta da Balsa para Antônio Vaz] e a “Waterpoort” (a porta da água ou porta do mar)”*¹⁸. Além das portas de acesso e dos dois baluartes que envolviam a Porta de Terra, o Recife contava com duas baterias de madeira em direção ao desembarcadouro, e em direção a Antônio Vaz, na direção oeste, existiam outras duas baterias. Completando a defesa, na direção noroeste, estavam assentadas mais duas baterias¹⁹. O **Segundo Sistema Defensivo do Recife** estava consolidado desde 1639, com a ocupação de Antônio Vaz (Antony Vaazij)²⁰ e a determinação do Grande Alojamento (Groot Kwartier). A articulação de todo o sistema defensivo

do Recife garantia a sua posição. Em complementação a esse sistema, os holandeses implementam, na Ilha de Antônio Vaz, **quatro redutos** na direção oeste. Assim, Antônio Vaz, que já contava com o **Forte Frederico Henrique** (Vijfhoek ou Cinco Pontas), ainda possuía os seguintes fortes: **Forte Ernesto** (Schans Ernst) ao norte da ilha e o **Forte Waerdenburch** (Schans Waerdenbij), na confluência com os rios Capibaribe e Beberibe. Posicionado ao sul da Nova Maurícia, o Forte Frederico Henrique era uma fortificação de terra, composta de cinco baluartes e dois hornaveques, que defendiam a ilha de Antônio Vaz, a entrada da barreta dos Afogados (ao sul da linha de arrecifes) e as cacimbas de abastecimento de água ao sul da mesma ilha. O Forte Waerdenburch era uma fortificação de três baluartes voltados para o continente (direção noroeste) que reforçavam a posição da Cidade Maurícia e das fortificações assentes em defesa do porto (Forte do Brum e o Forte do Buraco).

A paliçada com suas portas e baluartes, e, as fortificações assentadas no istmo e na barra, complementadas por outras defesas em Antônio Vaz, compõem o conjunto de fortificações da barra e do porto do Recife até a sexta década do século XVII. Com a expulsão dos holandeses, grande partes das fortificações são desmanteladas e adquirem novo papel dentro das doutrinas de defesa portuguesa. João Fernandes Vieira trata da construção e recuperação de fortificações como forma de evitar novas invasões. Quanto ao Mestre de Campo Francisco Barreto de Menezes, propõe já em 1654 o arrasamento de algumas fortificações. *“As opiniões eram diversas. Vieira procura fazer com que o Rei aceitasse seu plano de defesa firmado na ‘segurança das fortalezas’, quanto que Barreto ‘acreditava na defesa móvel, representada por forças volantes de infantaria’”*²¹. Em termos gerais, João Fernandes Vieira acreditava na defesa tradicional a partir de fortificações, enquanto que Barreto de Menezes tendia para a chamada ‘guerra brásilica’, a partir de formações de tropas móveis. Após a restauração portuguesa, o Regimento Português de 1677 amplia a regulamentação dos aspectos do organismo militar, preocupando-se com a proteção dos portos e das capitanias e, em específico, fiscalizando o estado das fortificações, no sentido de recuperar as fortalezas brasileiras. *“Em 1670, ao assumir o governo da capitania, Fernão de Souza Coutinho trouxe como incumbência ‘a vigilância da guarda e a defesa dos portos dessas capitanias’, prevenindo especialmente, ‘as fortificações de marinha’”*²². Com o intuito de fazer reformas em caráter de urgência nas fortificações pernambucanas, João Fernandes Vieira foi nomeado Superintendente das Fortificações de Pernambuco, cargo que exerceu até sua morte em janeiro de 1681. A preocupação em torno da defesa do Recife e seu porto será estendida até fins do século XVII, pois *“havião sido conservados (...) após a expulsão dos holandeses (...), na capitania, força armada bastante para repelir novos ataques, inclusive outra agressão neerlandesa, cuja possibilidade só desapareceria de todo após a assinatura em 1669 do anexo ao tratado de paz de 1661”*²³.

Em 1685, como materialização dos problemas de resguardo do Recife, seria construída uma nova fortificação no extremo sul de seu istmo. A Fortaleza da Madre de Deus e São Pedro, também chamado Forte do Matos, atenderia a defesa da barreta dos Afogados e reforçaria a proteção do fundeadouro da barra. Construção de pedra que possuía a forma de semicírculo do seu lado sul para o rio, e na parte de terra, na direção norte, contava com uma cortina, no meio do qual se abria uma portada e dois meio baluartes em cada extremidade. Não entraria em combate, sendo a última e a maior das fortificações construídas em defesa do porto.

¹ MENEZES, José Luís Mota; RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. *Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil. Séculos XVI, XVII e XVIII*. Recife: Pool Editorial, 1986, p. 22.

² ALBUQUERQUE, Marcus; LUCENA, Veleida. *Arraial Novo do Bom Jesus: consolidando um processo, iniciando um futuro*. Recife: Graftorre, 1997, p. 44.

³ Segundo Manuel Correia de Andrade, em 1584, Pernambuco possuía 66 engenhos de açúcar, e em 1630 já detinha 144 engenhos.

NOTAS

⁴ CONCEIÇÃO, Maria Tavares. *Da Vila Cercada à Praça de Guerra – Formação do Espaço Urbano em Almeida, (Séculos XVI-XVIII)*. Livros Horizonte, 2002, p. 15-16.

⁵ A Bateria é uma estrutura de fortificação menor do que um Reduto, isolada de uma fortaleza que a apóie. Quanto ao Reduto, é um pequeno Forte/Fortim isolado no exterior (ou no interior) de uma fortaleza.

⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates: Pernambuco 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 37.

⁷ VALLA, Margarida. *O papel dos arquitetos e engenheiros-militares na transmissão das formas urbanas portuguesas*. Comunicação apresentada no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Rio de Janeiro: 1996, p. 2.

⁸ CARITA, Rui. *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*. Lisboa: Funchal, 1998, Volume I, p. 53.

⁹ O Baluarte (Bastião) é uma estrutura de fortificação avançada com dois flancos e duas faces. Normalmente tem a forma de um pentágono irregular ligado a base de uma construção principal. A Face é cada um dos lados externos que formam o ângulo saliente de um Baluarte. O Flanco é o lado que se estende da Face ao muro de fechamento (Cortina). Sua função é a de flanqueamento.

¹⁰ BOXER, C. R. *O Império Colonial Português*. Textos de Cultura Portuguesa. Edições 70, p. 129.

¹¹ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Consulta do Conselho da Fazenda*. Lisboa, 5-7-1624, Códice 34, fl. 234v/235v.

¹² Estrutura de proteção com largura e profundidade circundando uma fortificação.

¹³ MELLO, José Antonio Gonsalves de. *A Cartografia Holandesa do Recife: Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648*. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1976, p. 9.

¹⁴ MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês*. 2. A Administração da Conquista. Recife: MinC – Secretaria da Cultura, 4ª Diretoria Regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p. 279-280.

¹⁵ MELLO, José Antonio Gonsalves de. Op. Cit. p. 279.

¹⁶ MELLO, José Antonio Gonsalves de. *A Cartografia Holandesa do Recife: Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648*. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1976, p. 10.

¹⁷ MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1979, 2ª Edição, p. 109.

¹⁸ Ibidem, p. 109.

¹⁹ Este conjunto de baluartes (2) e baterias (6), que resguardavam o Recife, montavam um total de 33 peças de metal e de ferro. Sabe-se ainda que na cabeceira da ponte para Antônio Vaz estavam assentadas mais peças de artilharia (incluídas nesta contagem).

²⁰ Com a chegada do Conde Maurício de Nassau, em 1637, tem-se a execução de um plano urbano de ocupação racional da ilha de Antônio Vaz. A ilha, em 1639, é dividida em duas partes, sendo a primeira, ao norte, zona inicial de fixação, denominada de Velha Maurícia e a segunda, ao sul, a Nova Maurícia. Todo o conjunto constituía a Cidade Maurícia (Stadt Mauritia).

²¹ ACIOLI, Vera Lúcia Costa; COSTA, Cleonir de Albuquerque. *Boletim do Departamento de História: Plantas de fortificações do nordeste do Brasil - Século XVIII*. Recife: Divulgação Documental nº 3, Divisão de Pesquisa Histórica, 1985, p. 279.

²² Ibidem, p. 288.

²³ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit. p. 62.

Contato por e-mail:
brunorfmiranda@yahoo.com.br